

ANC P 131 MAI 1988

Armadilhas nas disposições transitórias

por Ascônio Seleme
de Brasília

A próxima etapa dos trabalhos constituintes propicia novas investidas dos grupos de pressão.

As disposições transitórias, que serão votadas a partir da semana que se inicia, trazem mais de quinhentas emendas capazes de produzir alterações profundas na economia e na administração pública. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, está particularmente preocupado com a profusão de destaques que tratam de temas polêmicos e sérios.

Emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), por exemplo, retira a correção monetária cobrada sobre empréstimos contraídos por pequenos e médios agricultores e empresas durante o Plano Cruzado. O próprio autor da proposta reconhece que a medida vai dar aos bancos que concederam os empréstimos prejuízos de até CZ\$ 400 bilhões.

Multiplicam-se igualmente as emendas que tratam de questões que extrapolam os limites da Constituição do País. O deputado Vilson Souza (PMDB-SC) apresentou destaque tabelando os juros da dívida externa brasileira em até 3% ao ano. Uma outra emenda, esta de autoria do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), reduz em 50% os impostos devidos pelo Piauí à União. Já o deputado Osmir Lima (PMDB-AC) propõe que o Acre vire um "estado independente" e mantenha um

tratado bilateral com o Brasil.

O processo de votação desta última etapa da Constituinte já está sendo discutido entre o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e o seu relator, deputado Bernardo Cabral. A proposta que eles vão apresentar aos líderes partidários altera apenas os horários de votação. Ulysses está empenhado em votar as disposições transitórias também pelas manhãs de quarta, quinta e sexta-feira.

Para garantir a rejeição de uma série de emendas consideradas fora do propósito da nova Carta, um grupo de deputados pretende apresentar a Ulysses Guimarães proposta proibindo a fusão de destaques nesta etapa. Esse instrumento regimental foi usado durante toda a votação do corpo permanente da nova Constituição, exatamente para facilitar os trabalhos e promover entendimentos.

(Ver página 6)

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, reluta em sancionar a emancipação de noventa distritos gaúchos aprovada pela Assembléia, porque não atendem às exigências de lei.

(Ver página 8)